

Arthur Pires, Presidente da APEP, participou do **15º Congresso Brasileiro de Atuária (CBA)**, realizado nos dias 13 e 14 de agosto de 2026, no Rio de Janeiro. No painel "Regulação 360º: A Integração entre Dados, Riscos e Inteligência Atuarial nos Mercados Supervisionados de Previdência", ele apresentou a palestra "Da Mensuração do Risco à Confiança Institucional: Uma Perspectiva dos Patrocinadores e das EFPCs", em que abordou os desafios e as responsabilidades do atuário diante de um cenário de crescente complexidade.

Realizado sob o tema central "Risco, Dados e Inteligência: o Papel Estratégico do Atuário na Sociedade Brasileira", o congresso reuniu profissionais do setor para discutir como a atuação atuarial pode contribuir para decisões mais seguras e confiáveis. Em sua fala, Arthur Pires partiu de uma premissa central: a capacidade de mensurar riscos avançou significativamente, mas o grande desafio atual é preservar a confiança necessária para decisões com horizonte de várias décadas.

O presidente da APEP destacou que a previdência complementar se sustenta como uma verdadeira rede de confiança, construída sobre dados, transparência e decisões coerentes. Participantes, patrocinadores, entidades e reguladores têm interesses distintos, mas dependem do mesmo ativo: a confiança. Quando essa confiança se deteriora, os efeitos são sentidos em toda a cadeia com aumento da judicialização, desengajamento dos participantes, elevação dos custos de governança e pressão sobre os patrocinadores.

Arthur Pires também traçou a evolução do papel do atuário, que deixou de ser um especialista em cálculos para se tornar um agente estratégico na gestão da incerteza. Segundo ele, o valor da profissão está cada vez mais na interpretação, na comunicação e no apoio à tomada de decisão. A integração de dados demográficos, financeiros e operacionais, aliada a uma comunicação eficaz, permite transformar relatórios em ações concretas e apoiar a governança das instituições.



Ao abordar a perspectiva dos patrocinadores, o presidente da APEP ressaltou que eles consideram fatores financeiros, estratégicos, reputacionais e institucionais em suas decisões sobre planos previdenciários. Nesse contexto, a segurança jurídica ganha protagonismo: regras claras e estáveis são indispensáveis para o planejamento de longo prazo, protegem participantes, entidades e patrocinadores e criam condições para a administração transparente e racional dos riscos. A Regulação 360º, como destacou, integra diferentes perspectivas, como dados, inteligência atuarial, governança e segurança jurídica para apoiar decisões confiáveis.

Sobre o futuro, Arthur Pires reconheceu o potencial da inteligência artificial para ampliar a eficiência, a análise avançada e o monitoramento na previdência complementar, mas fez uma ressalva importante: os algoritmos auxiliam as decisões, não substituem o julgamento profissional, a responsabilidade fiduciária e a accountability institucional. A transparência e a explicabilidade são essenciais para decisões reguladas e para evitar riscos reputacionais e jurídicos. Em suas palavras, a IA amplia a capacidade de processar informações, mas a confiança continua sendo construída por pessoas e instituições.

A participação de Arthur Pires no 15º CBA reforça a presença do atuário em posições estratégicas de governança e nos espaços de discussão regulatória no Brasil. No Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), tanto o representante da PREVIC, como os representantes da APEP e da ANAPAR são atuários, um sinal claro da relevância da profissão na construção de um ambiente regulatório sólido e confiável.

Como concluiu o presidente da APEP, o futuro da previdência complementar não será definido apenas pela qualidade dos modelos construídos, mas pela confiança que o setor for capaz de preservar.

Fonte: [APEP](#), em 14.08.2026.

